PROVA TIPO X - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADOR DO MPDFT JUNTO AO TCDF

QUESTÕES DE 53 a 64

Prof. Renato Grilo

Alternativa 53

Incorreta.

Texto Constitucional:

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

Alternativa 54

Correta

Texto Constitucional

Art. 159. A União entregará:

(...)

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

Alternativa 55

Correta

Texto Constitucional

Art. 162. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subseqüente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Parágrafo único. Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estado e por Município; os dos Estados, por Município.

Alternativa 56

Correta

Texto Constitucional

Correta

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

(...)

XII - cabe à lei complementar:

(...)

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Alternativa 57

Incorreta

Jurisprudência

"A concessão de isenção tributária configura ato discricionário do ente federativo competente para a instituição do tributo e deve estrito respeito ao princípio da reserva legal (art. 150, § 6º, da Constituição Federal). (...) Impossibilidade de atuação do Poder Judiciário como legislador positivo, ampliando a incidência da concessão de benefício tributário, de modo a incluir contribuintes não expressamente abrangidos pela legislação pertinente. Respeito à Separação de Poderes. Precedentes. Os poderes de Estado devem atuar de maneira harmônica, privilegiando a cooperação e a lealdade institucional e

afastando as práticas de guerrilhas institucionais, que acabam minando a coesão governamental e a confiança popular na condução dos negócios públicos pelos agentes políticos. 5.Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente".

(ADI 6025, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 25-06-2020 PUBLIC 26-06-2020)

Alternativa 58

Incorreta

Texto Constitucional.

Abrange apenas impostos.

Alternativa 59

Incorreta

A alíquota mínima impede qualquer dedução

Alternativa 60

Incorreta

Pela LC 937/2017 do DF o imposto é devido no local do estabelecimento prestador.

Alternativa 61

Correta

Na substituição Tributária para frente, os demais integrantes da cadeia (localizados à frente) são substituídos pelo substituto, na origem da cadeia.

Alternativa 62

Correta

Embora essa frase final ("a partir da data da sua aquisição") deixe a questão duvidosa, eu arriscaria marcar correta, com base no art. 133 do CTN.

Alternativa 63

Correta

CTN

Art. 173

Alternativa 64

Correta

CTN, art. 132, parágrafo único.

Renato Grilo

Procurador da Fazenda Nacional, tendo atuado entre 2013 e 2016 perante os Tribunais Superiores. Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Pós-graduado em Direito Constitucional e Tributário. Mestrando em Direito e Políticas Públicas (UNICEUB-DF). É autor e coautor de obras jurídicas na área de concursos públicos e professor de cursos preparatórios.

PÓS-PROVA
TCDF
Acabe com
a ansiedade
GRAN CURSOS
ONLINE
TRIBUNAL DE CONTAS
DO DISTRITO FEDERAL